

Basílio de Magalhães: um pouco de vida outro pouco de sociabilidade intelectual

THIAGO DE SOUZA JUNIOR*

Ademais, as conclusões que [Basílio de Magalhães] tirava da História mostravam-lhe estar bem adiantado no caminho de uma nova interpretação do passado racial no Brasil.

(Thomas Skidmore)

“Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”
(Provérbio árabe apud Marc Bloch)

I – Introdução

No ano de 1976, chegava às livrarias brasileiras a tradução de *Black into White: race and nationality in brazilian thought*, do historiador norte-americano Thomas E. Skidmore. Logo no prefácio da obra, o autor salienta que o objetivo inicial era o de “compilar uma série de retratos de intelectuais brasileiros” de maior notoriedade entre os anos de 1870 e 1930, porém, o aspecto racial que mobilizava o pensamento desses homens o fizera perceber que sua pesquisa tomaria outro rumo (1976: 11). Assim, *Preto no Branco*, título da obra em português, apresenta uma análise do contexto intelectual acerca do problema racial no Brasil num período que antecede a abolição da escravatura e chega aos anos 30.

É inegável a contribuição da referida obra para o entendimento das relações raciais no Brasil e as concepções de nossos intelectuais que – podemos considerar – estavam não só debatendo o assunto, mas produzindo sobre, no *calor da hora*. A pesquisa deste brasilianista é realizada num dos tempos, talvez, mais contraditórios de nossa história: o do regime civil-militar. Tempo de aguçamento da repressão militar, tal como da expansão dos estudos históricos proporcionado, sobretudo, pelos cursos de pós-graduação recém criados.

Não é nosso propósito tecer uma resenha sobre a obra deste historiador. Recorremos a ela por ser, antes de tudo, uma referência importante à nossa pesquisa e, depois, para ilustrar, uma inquietação: a preocupação e o dever do leitor, em situar o autor e sua obra que tem em mãos no tempo e no espaço. Uma preocupação que não nos é particular, antes, um cuidado intransponível ao método historiográfico.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: thiagojunior17@gmail.com

Em linhas gerais, estamos advogando que a escrita da História está circunscrita a um determinado tempo, cujas ações humanas lhes são próprias. Por isso, ao fazermos uso dos trechos citados em epígrafe desse trabalho, queremos salientar que ao analisar a vida intelectual do indivíduo não podemos fazê-la com o despreendimento a seu contexto e, na medida do possível, sem verificar os vínculos de sociabilidade em que o mesmo esteve inscrito.

Portanto, mais do que desenvolver uma narrativa da trajetória de Basílio de Magalhães, nossa pretensão é considerar certas ações e acontecimentos intelectuais relacionadas não só às questões de seu tempo, mas resultado de uma orientação daquilo que estava em curso nos lugares de sociabilidades que integrava.

II – Acontecimentos biográficos e estratégias de sociabilidades

O historiador Marc Bloch, em *Apologia da História*, dá uma redefinição e, ao mesmo tempo, amplia o sentido da disciplina História ao afirmar ser ela “ciência dos homens, no tempo” (2001: 55). Neste sentido, é correto afirmar que o indivíduo relaciona-se à história e, conseqüentemente, às questões de seu tempo. E, no caso dos intelectuais, não escapam da interação aos espaços e redes de sociabilidades.

A noção de sociabilidade é fecunda aos estudos que se dedicam a análise das relações humanas. Neste sentido, a categoria não é exclusividade da História, ao contrário, sua aplicabilidade estende-se aos demais campos das Ciências Humanas e Sociais. No que se refere a nossa disciplina, podemos considerar que foi o historiador Maurice Agulhon a apresentar um trabalho que resgata a ideia de sociabilidade como conceito-chave ao desenvolver um estudo sobre os círculos burgueses e maçons na França do Antigo Regime.

Além dele, o historiador alemão Reinhart Koselleck, em sua tese de doutoramento (1954)¹, publicada sob o título *Crítica e Crise*, redefine as fronteiras da ideia de sociabilidade. Considerando “as condições gerais que originaram o Iluminismo e às quais ele reagiu”, a defesa de Koselleck consiste em afirmar que dentro do Estado Absoluto a maçonaria exerceu um terceiro poder, sem deter o domínio dos meios estatais de coerção, ao lado da religião e do Estado: o poder indireto (1999: 14). Segundo ele, mesmo envolta pelo véu do secreto as

¹ *Kritik und Krise: Ein Beitrag zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*, publicado pela primeira vez em 1959, nasce da tese de doutoramento de Reinhart Koselleck apresentado em 1954 na Universidade de Heidelberg. Tradução original alemão [de] Luciana Villas-Boas Castelo-Branco.

sociedades maçônicas discutiram e difundiram críticas políticas no interior das lojas agindo indiretamente e contornando as forças do Estado (1999: 62).

Citamos esses dois autores livremente e dispensando uma análise aprofundada para ilustrar o quão a ideia de sociabilidade é fecunda e também complexa. Para a compreensão do conceito faz-se necessário observá-lo como irrestrito às fronteiras das relações interpessoais no interior de um grupo ou associações. Trata-se, em linhas gerais, de relações sociais e históricas, relações entre o público e o privado, cujas ideias e perspectivas de seus membros, não são homogêneas, mas apresentam minimamente certo grau de proximidade.

Essa proximidade é classificada pela historiadora Angela de Castro Gomes (1996) como geração. Para Gomes, além de complementar a noção de sociabilidade, a ideia de geração foge ao determinismo etário e tem como referência “uma memória ‘comum’” (1996: 40-41). Basicamente, é sob essa base que ganha forma os lugares de sociabilidade de uma geração, isto é, espaço social – materializado ou simbólico – onde os intelectuais desenvolvem e expõem suas ideias. É na relação entre o intelectual e seus vínculos de sociabilidade que suas ideias são desenvolvidas, debatidas e legitimadas ou não por seus pares. Isso sublinha a importância de o entrosamento com os lugares de sociabilidade. Segundo Castro Gomes, o intelectual “precisa estar envolvido em um círculo de sociabilidade que, ao mesmo tempo situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo” (2005: 12).

No que se refere ao sentido organizacional, é indiscutível que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em seu conjunto de valores e dinamismo de interação com a sociedade de maneira geral, foi uma instituição nada desprezível aos nossos intelectuais, sobretudo, nos Oitocentos e primeira metade do século passado. Não pretendemos aprofundar o papel desempenhado pelo IHGB, porém, é necessário salientarmos que o Instituto, até a queda do regime imperial, protagonizou o papel de produtor e legitimador, além de divulgar a produção historiográfica nacional. Com o estabelecimento da República e a perda dos auxílios imperiais a instituição perde também seu “brilho de outrora, pouco produzindo e divulgando” (VALE, 2011: 22). É nesse sentido que a prática relacional extrapola os limites do privado e, no caso não só dos intelectuais, aponta a necessidade de vínculos estratégicos. Vínculos que não escapam a nenhum intelectual. Neste aspecto, Basílio de Magalhães, em sua trajetória intelectual, firmou vínculos fundamentais que o tornou um intelectual reconhecido.

Assim, entre gerações e sociabilidades a produção e discussão historiográfica são permeadas de um sentido evidenciado na contemporaneidade. Ou seja, a escrita da História é

oriunda de um questionamento e ou acontecimento do presente manifestado numa íntima relação com o passado e, sobretudo, com uma perspectiva de futuro. Retomando a afirmativa de Gomes já citada, é ali que os homens são situados no tempo e no mundo cultural, portanto, a articulação dos intelectuais com o espaço, o tempo e seus pares é uma demarcação inevitável. Naturalmente, as mobilizações dos intelectuais empenhados na produção historiográfica são, de certo modo, rotuladas a partir do lugar de onde fala, ou dos lugares de onde falam – no plural.

Seguindo por esse raciocínio, não queremos assegurar que o foro privado é apagado ou tolhido em favor de um postulado definido por esse “lugar (s)”, mesmo porque, este é um denominador comum que resulta de perspectivas múltiplas. Antes, nossa intenção consiste em apontar o perigoso arbítrio classificatório que nos toma ao observar a trajetória de um intelectual, sobretudo quando, na análise, pensamento e sociedade aparecem como esferas diferentes e não co-relacionado.

Mineiro de São João del-Rei, Basílio de Magalhães nasceu em 17 de junho de 1874, onde inicia sua trajetória profissional e intelectual. Filho do Império e, também, cidadão republicano, o autor tem no rol de suas produções intelectuais trabalhos diversos que são dirigidos tanto para o público escolar como para seus pares – o público especializado – com temas específicos relacionado, por exemplo, ao folclore, ao bandeirismo, ao atraso cognitivo de crianças², dentre outros assuntos. Não por menos, Magalhães, sócio do IHGB, é considerado um “historiador eminente”, “mestre do folclore brasileiro”³.

Até o presente estágio de nossa pesquisa, nossa hipótese é que a monografia de Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil até os fins do séc. XVII*, publicada em 1915 pela Editora Companhia Nacional, foi um dos mais importantes acontecimentos em sua trajetória intelectual. Com o mesmo trabalho o autor foi premiado, em 1917, com a Medalha D. Pedro II pelo IHGB. Com ele, receberam o prêmio: Roquette Pinto, autor de *Rondônia* (1916); e Capistrano de Abreu, *Rã-txa Hu-ni-ku-i – A língua dos caxinauás do Rio Ibuçu, afluente do Murú* (1914)⁴. No mesmo ano Basílio de Magalhães deixava de ser sócio-correspondente, função que ocupava desde 1914 (*O Paiz*, 27 de set. de 1914), e tornara sócio efetivo do Instituto.

² Cf. MAGALHÃES, Basílio. *A educação da infância normal e das crianças mentalmente atrasadas na America Latina*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1917.

³ Tem sido comum encontrar essas e outras definições dadas a este intelectual nos periódicos que temos pesquisado. Qualidades que foram atribuídas a ele, também, por Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (verbete: “Basílio de Magalhães”, 2012).

⁴ Segundo a historiadora Rebeca Gontijo, a premiação fora recusada por Capistrano de Abreu (2005).

O IHGB não foi o único círculo intelectual que Magalhães esteve integrado. Anterior a sua chegada ao Rio de Janeiro, havia passado por São Paulo, onde chegara com pretensões intelectuais e profissionais trazidas de São João del-Rei, sua cidade natal. Sua memória escolar⁵ foi pauta das primeiras palavras proferidas numa conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cuja abordagem era “O bandeirismo paulistano”. Dizia ele,

Eu mal havia transposto os 13 anos [1887], quando busquei conciliar os estudos de humanidades com o ganha-pão, e o conhecimento da arte tipográfica abriu-me emprego no primeiro órgão republicano que repontou o berço do meu conterrâneo Tiradentes, “A Pátria Mineira”, onde um pugilo de crianças, das quais é já viageiro do Além o nobre Altivo Sette [...] Bebíamos sofregamente as lições de ciências e letras e os altos ensinamentos de civismos que nos ministrava Sebastião Sette (MAGALHÃES, B., *Correio Paulistano*, 21 de mar. de 1914).

Basílio de Magalhães migrou para São Paulo para cursar Direito e buscar novas opções de trabalho. Na capital paulista, colaborou com o jornal *Correio Paulistano* até por cerca de 1900, quando o veículo noticiava a despedida do colaborador em razão de sua admissão ao Ginásio Nogueira da Gama, localizado em Jacarei, interior de São Paulo.

Basílio de Magalhães, nosso erudito colaborador acaba de deixar a vida rumorosa da capital para, durante alguns anos gozar do delicioso clima de uma das cidades mais adiantadas do norte de São Paulo [...]. Meu jovem amigo que fez do magistério um sacerdócio [...] O Ginásio Nogueira da Gama acaba de fazer uma aquisição valiosíssima para a sua prosperidade (São Paulo, 03 de mar. de 1900).

Infelizmente, não conseguimos identificar a atividade desenvolvida por Basílio de Magalhães no jornal nem o tempo que colaborou desde sua admissão. Seja como for, o periódico que circulou na capital paulista até 1919, com frequência, trazia, nas seções

⁵ No dia 16 de abril de 1884, Basílio de Magalhães recebeu o prêmio Reginaldo de Barros pelo seu desempenho escolar. A notícia é do *Gazeta Mineira* e diz:

Dos 120 alunos que freqüentam a *Escola João dos Santos* obtiveram distinção Basílio Ladislau de Magalhães, Polyana Maria de Andrade e Antenor Marques Pinto.

O primeiro prêmio – *Reginaldo de Barros* – medalha de ouro com o busto de S. M. o Imperador e a respectiva inscrição, coube ao aluno Basílio Ladislau de Magalhães (17 de abr. de 1884).

Há uma incerteza quanto à filiação paterna de Basílio de Magalhães. Segundo Jacqueline Pinto (2005), consta no registro de batismo ser Basílio Magalhães filho de Antônio Inácio Raposo e de Francisca de Jesus, e afilhado de Ladislau Artur de Magalhães e, sua esposa, Prudenciana Augusta Meireles. No entanto, ao entrevistar o sr. José Geraldo de Souza (bisneto do sr. Ladislau) este afirma ser Basílio de Magalhães filho biológico de seu bisavô com dona Francisca de Jesus e, segundo ele, a situação teria favorecido o acesso do então menino à escola. Nota-se, ainda, na notícia veiculada pelo jornal que nosso autor carrega consigo o sobrenome do proprietário da fazenda onde trabalhavam seus pais, seu suposto pai.

“Telegramas”, “Mala do Interior”, “Notas Policiais” informações sobre a atividade do autor no interior paulista. Obviamente ele não era o único a ter sua vida intelectual e profissional contada pelo periódico, mas, ao que nos parece, é figura de destaque em Campinas.

Seguindo as edições do jornal é possível remontar, como uma colcha de retalhos costurada ponto a ponto, a trajetória Basílio de Magalhães no interior paulista. Nele, consta que, além de dirigir o jornal *Correio de Campinas*, advogar e exercer o cargo de delegado de polícia nesta cidade, Magalhães foi aprovado no concurso (1903) para assumir a cadeira de História do Brasil do Ginásio de Campinas⁶. O concurso foi aberto em virtude do licenciamento do professor Gustavo Enge. Mais tarde, ministraria interinamente, também, a disciplina de Latim (1910).

Ainda nas páginas do *Correio Paulistano*, verificamos que Basílio de Magalhães integrou a Academia Paulistana de Letras, inaugurada em novembro de 1909, ocupando a cadeira de número 2, do patrono Visconde de São Leopoldo. Outros dois dados importantes trazidos pelo periódico referem-se, à participação do autor na Loja Maçônica Independência que, numa eleição realizada em 1909, o escolheu como orador (03 de nov. de 1903). E, a segunda, foi a missão recebida do presidente de São Paulo, cargo que chamamos hoje de governador, para pesquisar documentos referentes à história da cidade no Arquivo Nacional e no IHGB (1911).

Na trama das relações intelectuais acreditamos que essa ida de Basílio de Magalhães ao Rio de Janeiro para desenvolver tais pesquisas contribuiu para consolidação, senão criação, dos vínculos afetivos e intelectuais que manteria com Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, por longa data. E quem sabe ainda, uma relação que favoreceu a ida de Basílio de Magalhães a residir na capital federal. Estando em Campinas, Basílio dirige uma correspondência ao amigo Fleiuss afirmando que,

apesar das gentilezas de que me cercam os indivíduos amigos que tenho a felicidade de contar aqui, acho esta terra [agora] insuportável. Esta minha nova estada em Campinas serviu para convencer-me de que não posso viver se não no Rio. Para distrair-me um pouco, vou [açoitando] o trabalho mental em borda... Versos para álbuns de damas românticas e... conferencias. Ante-ontem falei no teatro sobre a instituição dos [boy-scolita], de que se installou uma sociedade aqui (Fundo Max Fleiuss: Campinas-SP, 22 de dez. de 1914).

⁶ O Ginásio de Campinas foi fundado em 04 de dezembro de 1896, sob presidência (o que atualmente equivale a prefeito) de Campos Salles. Consta no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, de 1907-08, que funcionou no mesmo prédio o Collegio Culto á Sciencia em virtude de uma epidemia de febre amarela que assolou a cidade de Campinas (p. 354).

A essa altura, cumpre destacar a impossibilidade em separar o campo político e outro intelectual/profissional e, por conseguinte, alocar em um deles o intelectual. Antes de mudar-se definitivamente para o Rio, Basílio de Magalhães atuou na Campanha Civilista (1909-1910), liderada por Rui Barbosa. A campanha era em nome da eleição de Barbosa à Presidência da República ao lado do presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, como seu vice-presidente. Era uma oposição civil à candidatura militar do Marechal Hermes da Fonseca, apoiado pelo então presidente da República, Nilo Peçanha.

Residente na cidade carioca, Basílio de Magalhães exerceu o magistério no Instituto de Educação, na Escola Nacional de Belas Artes, por onde, em 1917, publicou o livro *A Renascença e a Sua Floração Artística*. Em 1918 publicara pela editora Castilho, seu segundo trabalho dirigido ao público escolar, *Quadros da História da Pátria*, em co-autoria com Max Fleiuss.

A forte relação com Fleiuss parece-nos que teve sua importância na leitura de sua produção historiográfica por seus pares. As qualidades atribuídas a Basílio, que nos referimos acima, e reconhecida pela imprensa paulistana, não se repetiria com tanta força no Rio de Janeiro, ao menos se dependesse de Clemente Maria Brandenburger⁷. Em carta a Fleiuss, Brandenburger avalia algumas produções históricas de Basílio e questiona o parecer em que trata sobre sua admissão como sócio efetivo do IHGB. Nela, afirma que

Andava prevenido, mas em favor do Basílio, porque a primeira obra dele, que li, era a *Expansão*, que impressiona bem a quem está lendo como simples leitor. Depois vem a polêmica por causa do concurso. O direito parecia-me estar com o Basílio, e por consequência simpatizava com ele, até o dia, em que li a *Renascença* e vi que já foi rejeitado em plena justiça.

V. se refere ao parecer da comissão do Instituto. Confesso que eu li, naquele parecer tudo menos um elogio ao candidato. Já tive ocasião de escrever-lhe que considero aquele parecer um verdadeiro desastre para Basílio (Fundo Max Fleiuss, Vassouras-RJ, 12 de jan. de 1919).

Depois de uma minuciosa avaliação dos quatro trabalhos⁸ apresentados ao Instituto, Clemente Maria, parafraseando o que trouxe o parecer, continua:

[...] o Sr. Magalhães – que em seus trabalhos se revela um historiador, um escritor brilhante e um espírito de variada cultura – deve ser aceito sócio etc.

⁷ Alemão naturalizado brasileiro, Clemente Gaspar Maria Brandenburger era doutor em filosofia, pela Universidade de Heidelberg e foi eleito sócio do IHGB em 1919 (Guimarães, 2000, p. 6).

⁸ São indicados na correspondência: *Lições de História do Brasil; Monarquia Portuguesa; Pela República Civil; e O estado de São Paulo e seu progresso.*

Ora, um parecer que não fez nada senão mostrar que o Basílio não é historiador, mas injusto e cego politiqueiro republicano [...]. O leitor desprevenido podia apenas esperar a conclusão contrária. Parece evidente que a comissão desejava evitar a melindrar V. e os outros proponentes, salvando, entretanto, no parecer a sua consciência (Idem).

As críticas que dirige às produções de Basílio de Magalhães são severas. Na ocasião duvida-se, inclusive, da “idoneidade intelectual” do autor e acusa-o de “charlatanismo”. Neste sentido, e como Clemente Brandenburger sugere, os vínculos estabelecidos entre Basílio e Fleiuss tiveram sua importância nas tomadas de decisões entre os membros do Instituto para elegê-lo como sócio efetivo.

Seja como for, as articulações eram necessárias para o reconhecimento ou não-reconhecimento do autor como historiador e a prerrogativa era a legitimação daquilo que eles produziam que, aliás, tinham abordagens bastante amplas. Conforme apontou Gomes ao analisar as homenagens feitas aos historiadores no suplemento “Autores e Livros”, do jornal *A Manhã*, o campo de conhecimento era amplo e envolvia “biologia, etnologia, folclore, lingüística e geografia, além da história”, eram polivantes (1996: 75-6).

E de fato o eram! A trajetória intelectual de Basílio de Magalhães registrou, por exemplo: a produção de textos históricos – muitos deles impressos e outros que serviram de base para suas conferências, além dos prefácios e traduções de obras de outros autores; uma intensa atividade jornalística que, no decorrer do tempo, variou entre a tipografia e a correção textual; a atuação política⁹. Ademais, existia também a preocupação dos intelectuais, sobretudo os que integravam as instituições preocupadas com a produção historiográfica, com os encontros e congressos e com as efemérides.

Embora um ato comemorativo, esses encontros eram, em certo sentido, um incentivo para a produção histórica *do e no* país. Já em 1919 a possibilidade de Max Fleiuss afastar-se de suas funções no IHGB assombrava Basílio de Magalhães. Dizia Basílio a Fleiuss,

Muito me incomodou o tom de desalento da parte de tua carta relativa á subvenção official do Instituto, e, mais ainda, me preocupou a simples idéa, que acabas de manifestar, de pedir dispensa do secretariado.

Eu que nada tenho de lisongeiro, affirmo, sem receio de contestação, que si deixares o secretariado do Instituto, este sofrerá uma deplorável paralyisia em sua marcha progressiva de agora, si não tiver um verdadeiro retrocesso. Não vejo quem é que, no momento, te poderá substituir em tal posto (Fundo Max Fleiuss, Rio de Janeiro, 15 de set. e 1919).

⁹ Além da participação na campanha civilista, Basílio de Magalhães foi eleito deputado estadual e senador estadual em Minas Gerais.

A preocupação de Basílio de Magalhães era a de que havia dois compromissos a serem executados até 1922: a produção do Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil (DHGEB) e a organização do Congresso Internacional. Tratava-se de um persistente desejo para que Fleiuss continuasse atuando como secretário da IHGB, cuja presença do mesmo na elaboração destes dois eventos era necessária e fundamental, mesmo que para isso tivesse que recorrer aos meios políticos para resolver o problema da subvenção oficial da instituição. Sugeria-o,

Por que não tentas, junto á comissão de finanças do Senado, na qual tem assento nosso companheiro João Lyra, o restabelecimento da parcella cortada pela Câmara dos Deputados? Por que não te entendes, a esse propósito, com o próprio Epitácio, que eu acredito ser sincero amigo do Instituto e lhe conhece a fecunda e proveitosa atividade (Idem).

É ainda necessário considerar a conjuntura específica que levaria Basílio de Magalhães a dar orientações e fazer aconselhamentos a Max Fleiuss. Restavam três anos para a comemoração do centenário da Independência do Brasil e sem dúvida o IHGB deveria mostrar-se presente, já que sua criação deveu-se as conseqüências este evento em 1822.

Para a historiadora Lúcia Maria P. Guimarães, a decisão de o IHGB convocar o *Congresso Internacional de História da América*, dava prosseguimento ao programa de trabalho iniciado por Rio Branco, quando esteve à frente da Casa da Memória Nacional (2005: 192). O *Congresso de História da América*, realizado entre os dias 7 e 15 de setembro de 1922, reuniu representantes estrangeiros vinculados à instituição de educação e ao governo de alguns países da América, Suíça, Grã-Bretanha e França.

Tendo ocorrido, Fleiuss assegura no relatório do Congresso que “assembléias como essa, são certamente mais ainda que as relações diplomáticas e os tratados de paz, o melhor meio das nações americanas formarem entre si uma consciência comum” (FLEIUSS *apud* GUIMARÃES, 2005: 192).

Assim como nos adverte Guimarães para o fato de que o evento é, em certo sentido, promotor de uma superação daquilo que era *produzido* pelo IHGB, nos Oitocentos, acerca de uma memória nacional herdeira da tradição européia. A exemplo disso, o próprio DHGEB, cujo trabalho reuniu uma comissão de intelectuais como Ramiz Galvão, Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Aurelino Leal, Tavares do Lyra e outros, é uma iniciativa de conhecer melhor os diferentes aspectos – a história, a geografia, a etnografia e, também, biografias de chefes de estado – que compõe o país.

Tratando-se de produção intelectual escrita e retomando ao que nos referimos sobre a amplitude do campo do conhecimento desses homens de letras polivalentes, é notória a vasta e diversificada as obras de Basílio de Magalhães. Seu primeiro trabalho impresso foi o didático *Lições de História do Brasil* (1895), editado pela Typ. Lithographia Ribeiro, outros integram o currículo do autor: *Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência* (1910), cujos estudos concluíam benefícios emocionais e econômicos na convivência entre crianças normais e anormais; *Em Defesa do Índio e das Fazendas Nacionais*, publicado em 1925 pelo Jornal do Comércio, fruto de discursos pronunciados na Câmara dos Deputados; *O Folk-lore no Brasil*, editado pela Livraria Quaresma (1928) e reeditado Imprensa Nacional (1939). Queremos destacar duas outras obras de Basílio de Magalhães: *O grande doente da América do Sul* (1916) e, novamente, a *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1935).

A primeira, publicada em 1916 pela Imprensa Nacional, é resultado de uma conferência realizada na Associação Christã de Moços e na Biblioteca Nacional em 1915. No bojo das discussões que giravam em torno do elemento étnico brasileiro e das diferentes abordagens teóricas, ditas científicas, importadas sobretudo do Velho Mundo pelos intelectuais brasileiros, Basílio de Magalhães apresenta o problema educacional como justificativa para o atraso econômico do Brasil e não o cruzamento entre os diferentes elementos étnicos, cujo resultado, era o elemento mestiço, era classificado como a raça degenerada. Ora, Manoel Bomfim vinha criticando a tese do determinismo biológico-racial que, dentre outras coisas, dava justificativa ao atraso da sociedade brasileira. Em linhas gerais, em *América Latina: males de origens* (1905), Bomfim rompe com a teoria racista que alimentava o pensamento dos intelectuais considerando que o real problema de nossa sociedade consistia não na composição racial, mas no atraso escolar.

Queremos salientar, com isso, que Basílio de Magalhães não apresentava em sua conferência, em 1915, um discurso inaugural. Esse foi um debate importante entre os intelectuais nos anos 1910, e todos os que deles participaram contribuíram. Depois, duvidamos que esta tenha sido sua pretensão como apontara Skidmore. Basílio foi, antes de tudo, homem de seu tempo e atento às demandas sociais e intelectuais.

A segunda obra que destacamos é a reedição atualizada de *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, de 1935. Trata-se da obra apresentada ao IHGB, em que lhe foi conferido a Medalha D. Pedro II (1917). Essa reedição se deu num momento muito peculiar do campo editorial nacional e, mais detidamente, no campo da política e no campo intelectual. A pesquisa do historiador Luís Reznik, *Tecendo o Amanhã* (1992), se apresenta como um

importante estudo sobre as significativas crises e redefinições que tomaram nossa sociedade entre as décadas de 20 e 40. Sua análise apresenta o contexto histórico e as diferentes causas (nacionais e internacionais) que levaram ao que identificou como “boom editorial” (p. 23), bem como, os valores presente nas narrativas dos intelectuais que produziam naquele momento, sobretudo, para o público escolar. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* não é uma obra didática, sua reedição na década 30 integra a Coleção Brasileira que, por sua vez, é resultado de uma mobilização gerada no campo historiográfico desse período.

Para além das reflexões sobre a modernização ocorrida na política e na economia, os anos 1930 apresenta-se à historiografia como um momento de mudanças do campo historiográfico. A ambição intelectual apontara para o desejo de “redescobrimto do Brasil” com interpretações mais *especializadas*, com maior rigor metodológico, conforme lhes ensinara Capistrano de Abreu. Tais interpretações apresentadas em ensaios ou obras sobre assuntos brasileiros nas coleções foram projetos de importância significativa ao campo historiográfico. Projetos estes que mostraram potencialidades na divulgação do pretendido “conhecimento verdadeiro”.

Além da Coleção Brasileira (1931) dirigida por Fernando de Azevedo – um dos expoentes dos caminhos educacionais – e publicada pela Companhia Editora Nacional; a Documentos Brasileiros, de 1936 – que segundo Fábio Franzini, apresentou “interpretações comprováveis” por diversos autores “que davam ‘vida’ aos documentos para ajustá-los à história social do brasileiro” (2011: 266) –, foi dirigida por Gilberto Freyre e publicada pela Livraria José Olympio Editora; e a Biblioteca Histórica Brasileira, dirigida por Rubens Borba de Moraes e publicada pela Livraria Martins Editora.

Assim, a Brasileira era apresentada como

[...] a mais vasta e completa coleção e sistematização que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos, etc), de reedição de obras raras e de notório interesse e de tradução de obras estrangeiras sobre escritos brasileiros (H. PONTES apud REZNIK, 1992: 26).

Nesse sentido, podemos concluir que a reedição da obra de Basílio de Magalhães tinha sua importância nesse complexo contexto de revisões do método e da historiografia nacional. E embora seja uma reedição aumentada, conforme indicava na capa, podemos subtender que é uma edição revista, se comparada àquela de 1917, e legitimada pelos seus pares, ou pelo menos pela Brasileira, como de notório interesse ao conhecimento do Brasil e suas heranças.

Para apontar as últimas atividades ainda no campo editorial, Basílio de Magalhães apresentou entre os finais dos anos 30 e a década 40 uma vasta produção didática. Sua retomada a esse gênero dar-se somente em 1939, quando ainda vigorava as leis definidas pela Reforma Educacional de 1931, assinada pelo ministro Francisco Campos. Em números, isso significa dizer que Basílio de Magalhães produziu, pela Livraria Francisco Alves, cinco didáticos para o curso de História da Civilização contemplando as séries do Fundamental. Com a Reforma Capanema (1942), a segunda do governo Vargas, que, dentre outras, suprimiu o ensino de História da Civilização e estabeleceu o ensino de História Geral e do Brasil como disciplinas independentes no currículo escolar, Basílio produziu pela mesma editora os didáticos de *História Geral, da América e do Brasil* que atendiam, com suas especificidades, ao Curso Ginásial, Clássico e Científico¹⁰.

III – Considerações Finais

Chegamos ao fim desse texto com algumas poucas informações sobre a atividade intelectual de Basílio de Magalhães que, como é práxis da escrita da história, selecionamos uns e desprezamos tantos outros, sem falar naqueles que ainda estamos descobrindo no decorrer de nossa pesquisa – como, por exemplo, a ligação do autor com a Maçonaria.

Considerando que com uma vida intelectual/profissional bastante ativa, Basílio de Magalhães foi – não só com sua inteligência, mas também com os estratégicos laços que fizera em sua trajetória –, tecendo meios e critérios para que seus pares o legitimasse e o reconhece como tal. Embora não tenha sido aqui sua a narrativa objeto de nossa análise, acreditamos que Basílio de Magalhães em sua escrita não destoou radicalmente daquilo que era debatido nas redes que integrava, o IHGB por exemplo.

Sem querer, em hipótese alguma, condicionar a produção de nosso autor aos lugares de sociabilidades – materiais e simbólicos – que ele tenha integrado, é necessário, portanto, compreendermos que sua narrativa resulta de um “lugar de fala” e que, pelo que expomos inicialmente, depende, dentre outras coisas, tanto dos intelectuais que dividem o mesmo espaço material – entende-se por isso, espaço institucional– como daqueles que fazem a crítica literária e que ocupam as páginas dos jornais, por exemplo, divulgando ao grande

¹⁰ Sobre as reformas educacionais de 1931 e 1942, consultar dentre outros: REZNIK, 1992; GALENO, 2011; e SILVA, 2014.

público suas interpretações. O que não significa dizer que a propaganda seja somente congratulações.

FONTES

Acervo IHGB - Correspondências

Fundo Max Fleiuss
Fundo Basílio de Magalhães

Biblioteca Nacional - Periódicos

Gazeta Mineira
O Paiz
Correio Paulistano

Anuário

INSPERTORIA-GERAL DO ENSINO (Orgs.). Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, de 1907-08. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, de 1907-08.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, ofício do historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução: Andre Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO Janaína.(Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12ª ed. São Paulo: Global, 2002. Verbete: Basílio de Magalhães.

FRANZINI, Fábio. “A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira”. In. NEVES. L.; GUIMARÃES. L.; GONÇALVES. M. e GONTIJO. R. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

GOMES, Angela de Castro (orgs.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima a Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

_____. *História e Historiadores*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES, Márcia de A. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

- GONTIJO, Rebeca. “História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu”. **Revista História (São Paulo)**. Vol 24, n. 2. Franca-SP, 2005.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922)”. In.: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. 7 Letras, vol. 6, n° 10, jan-jul, 2005, p. 224.
- _____. “A experiência pioneira da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916-1921)”. In.: *Teias*: Rio de Janeiro: ProPEd/UERJ, vol. 1, n° 1, jan-jun, 2000, p. 1-11.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.
- MAGALHÃES, M. e GONTIJO, R. “O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares”. In. **Revista História Hoje**. Vol. 2, n° 4, 2013. P. 81-101.
- MOTTA, Jeovah. Basílio de Magalhães. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei**. Vol.III. 1985.
- PINTO, Jacqueline das Mercês S. *Basílio de Magalhães - Trajetória e Estratégia de mobilidade social (1874-1957)*. Monografia (Pós-Graduação de História de Minas) – UFSJ, São João del-Rei, 2005.
- RAMALHO, Oyama de Alencar. *Basílio de Magalhães e a arte renascentista*. Monografia. (Especialização) – UFSJ, São João del-Rei, 2000.
- RAMALHO, Oyama de Alencar. O esquecimento de Basílio de Magalhães e algumas tentativas de rememorá-lo. IHG de São João del-Rei, 2005.
- REZNIK, Luís. *Tecendo o Amanhã* (a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945). Dissertação. UFF, 1992.
- SILVA, Cristiani Bereta (orgs.). *Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940*. Curitiba, PR: CRV, 2014.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VALE, Nayara Galeno. *Delgado de Carvalho e o ensino de história: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1946)*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2011.